

Publique-se Inclua-se em  
na lista por CINCO dias  
16 10/95  
RICARDO TRÍPOLI - Presidente

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 81, DE 1995

Dispõe sobre a concessão de Vale-Alimentação  
para os servidores da Assembléia Legislativa

FLS. 100  
PROJ. 9104  
V

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO resolve:

**Artigo 1º** - Fica instituído o Vale-Alimentação, na forma de documento, destinado a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais, a ser concedido mensalmente aos servidores em exercício na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, independentemente da retribuição global a que fazem jus.

**Parágrafo Único** - O valor do Vale-Alimentação corresponde ao valor da cesta básica apurado pelo DIEESE no mês em referência.

**Artigo 2º** - O benefício de que trata esta resolução é extensivo aos inativos do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa, nas mesmas condições estabelecidas para os servidores em atividade.

**Artigo 3º** - Os beneficiários desta resolução não farão jus ao auxílio-alimentação instituído pela Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991.


**Artigo 4º** - As despesas resultantes da aplicação desta resolução correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Poder Legislativo.

**Artigo 5º** - A Mesa da Assembléia Legislativa regulamentará a presente resolução no prazo de 30 dias a contar de sua publicação.

**Artigo 6º** - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

Para enfrentar as constantes crises econômicas que vivemos, os governos sempre adotaram políticas de combate à inflação atreladas ao

PROTÓCOLO  
REGISTRO GERAL LEGISL.  
9804 de 17/10/95  
Anexo c/ 04 folhas  
Ass. 

ENTREGUE À MESA EM:  
1001 1527 56 40476



congelamento de salários. Como forma de se defender da consequente redução dos seus salários nominais, os trabalhadores passaram a incorporar em seus acordos coletivos cláusulas visando a concessão de benefícios que lhes garantisse melhores condições de vida, como é o caso dos tickets-refeição, vale-transporte, assistência médica e outros.

Considerando a situação peculiar dos servidores públicos, tais conquistas só podem ser viabilizadas através de lei, como é o caso, em nosso Estado do auxílio-alimentação, instituído pela Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991.

Ocorre, entretanto, que o referido auxílio, além de ser insuficiente para atingir o objetivo almejado, atende apenas a pequena parcela do funcionalismo, em razão do teto estabelecido para o recebimento do benefício, o que constitui flagrante injustiça.

Consciente de que a situação financeira do Estado se encontra em precárias condições, porém sabedor das dificuldades por que passam esses abnegados trabalhadores, temos todos o dever de procurar soluções criativas para que possam restabelecer, de alguma forma, a qualidade de vida prejudicada pela ausência de aumentos salariais, contribuindo, desta forma, para o seu melhor desempenho funcional.

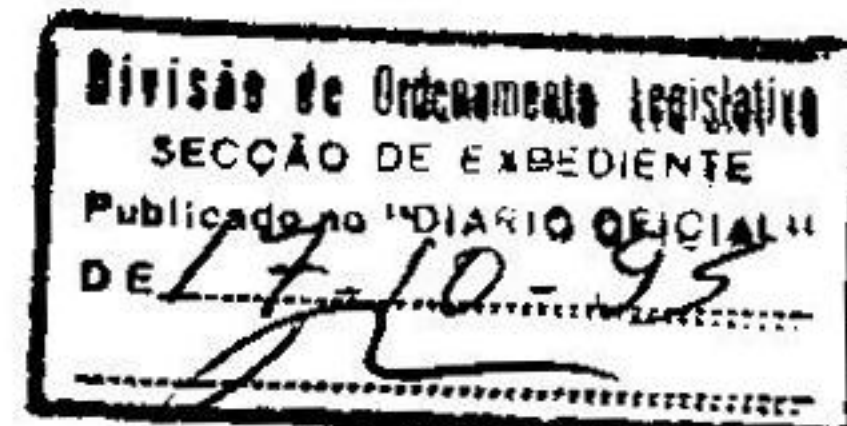
Assim, atendendo ao legítimo anseio dos servidores da Assembléia Legislativa, que há muito reivindicam por tal benefício, pelo menos no âmbito desta Casa procuramos corrigir a injustiça da lei em vigor, por ser de competência da Assembléia Legislativa dispor sobre seus serviços e seus funcionários.

De outra parte, cabe ressaltar que a presente iniciativa vem a substituir o Projeto de Lei nº 236, de 1995, de nossa autoria, que solicitamos fosse retirado, por entender que a cesta básica, objeto da mencionada propositura, acarretaria problemas de distribuição para esta Casa e de transporte para o funcionário, que ora poderá valer-se do referido vale para desconto nos supermercados conveniados para a aquisição dos produtos que mais necessita.

Sala das Sessões, em

Sidney Cinti  
Deputado Estadual - PSDB

Divisão de Ordenamento Legislativo  
Esta proposição contém  
1 assinatura  
SDC, 16 / 10 / 1995  
Chefe de Seção





os termos do art. 3º, Parágrafo único do artigo 149 da  
consolidação da Regimento Interno, a presente proposição esteve en-  
pauca nos dias 18 a 24 de 10 de 1995, não tendo  
recebido substitutivos  
que seriam juntados ao P.O. nº 3

D. O. L. 25 / 10 / 1995

*P*

*Ar. Comissão de:*  
*1) Constituição e Justiça*  
*2) Mesa*  
*3) Finanças e Orçamento*

27 10 95

EXPEDIENTE DAS COMISSÕES  
ENTRADA  
EM 31/10/95

*CRQJ*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EM 01/11/95  
Secretário de Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
D. O. L. 25 / 10 / 1995  
Ao Senhor Sen. *Waldir Barão*  
com prazo para o P.O. nº 3 de 10 dias  
01/11/95  
Presidente

JUNTADA  
Segue Juntada *Parecer do*  
*Relator - C.C.J.*  
com 02  
de 05  
S.O. 05/12/95  
SECRETÁRIO DE COMISSÃO

~~SEM EFEITO~~

ARQUIVADO NOS TERMOS DO  
ARTIGO 1.º, "CAPUT" DA  
RESOLUÇÃO N.º 801/99.

19 / abril / 2000

VANDERLEI MACHES - Presidente

Divisão de Ordenamento Legislativo  
Serviço de Processo Legislativo  
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"  
de 20/04/2000